

INCIDÊNCIA DE INTERNAÇÕES POR ABORTAMENTO ESPONTÂNEO EM ADOLESCENTES NA REGIÃO NORDESTE DE 2008 A 2018

Ana Karen de Sousa Alves ¹

Alessandra Lima de Carvalho Gurgel Veras ²

Amanda de Menezes Porto ³

Victória Suéllen Maciel Abreu ⁴

Priscila de Souza Aquino ⁵

INTRODUÇÃO

O abortamento é um problema de saúde pública ainda tratado como tabu pela sociedade. Segundo Rezende e Montenegro (2018), é a expulsão de um feto que pese menos que 500g ou tenha menos de 22 semanas de gestação, sendo capaz de transcorrer de maneira espontânea ou provocada. De acordo com Brasil (2014), o abortamento representa um dos tipos de hemorragias de primeiro trimestre e está associado a uma das principais causas de mortalidade materna mundial.

É, também, uma problemática que carece de pesquisas. Estudo de âmbito nacional realizado no Distrito Federal e nas capitais brasileiras, revelou que 11,4% dos óbitos maternos ocorreram por complicações de abortos. Ainda que haja uma alta incidência de subnotificações, o que gera dados pouco confiáveis, a taxa de morbimortalidade permanece alta, especialmente quando o processo de abortamento é induzido, devido sua realização insegura e clandestina. (EBSERH, 2018).

Há uma pluralidade de razões para a ocorrência de abortamento espontâneo (RODINI, 2004; SILVA et al., 2007). Condições ambientais e genéticas são englobadas, sendo as anomalias cromossômicas as causas mais frequentes, correspondendo a cerca 50% de perdas nos três primeiros meses de gestação. (RODINI, 2004).

¹Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará - CE, annakaren08@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará - CE, alessandraveras1000@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará - CE, amandameporto01@gmail.com;

⁴Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará - CE, victoryasuellen2007@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Enfermeira da Universidade Federal do Ceará- CE, priscilapetenf@gmail.com.

Entre os eventuais motivos determinadores do abortamento estão a faixa etária, o estado civil e deficiência no quadro micronutricional pré-gestacional, como o ferro, ácido fólico e zinco (KAC et al., 2007).

Diante dessas informações, do conhecimento de que o Nordeste é a segunda região mais populosa do país e que o índice de gravidez tem aumentado desde os anos 2000 em adolescentes, objetiva-se analisar a incidência de abortamentos espontâneos que resultaram em internação hospitalar em jovens na região Nordeste do Brasil nos últimos 10 anos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo realizado a partir da base de dados do sistema DATASUS e, posteriormente, tabulados no software Microsoft Office Excel, com dados da região Nordeste do Brasil. Segundo Lima-Costa e Barreto (2003), esse tipo de estudo objetiva estabelecer o arranjo de enfermidades ou condições associadas à saúde, conforme período, local e/ou particularidades individuais humanas, através do uso de dados primários (dados identificados pelo pesquisador principal do estudo) e secundários (dados oriundos de sistemas de informação).

A população estudada corresponde às adolescentes nordestinas com faixa etária de 10 a 19 anos. Selecionou-se a amostra que tange às internações por aborto espontâneo nos anos de 2008 a 2018. Tendo em vista as variáveis idade, número de internações, ano e estado nordestino, gráficos foram gerados no Excel por meio de associações para posterior análise, de modo a identificar os estados e as faixas com maior incidência e discutir conforme a literatura pertinente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Houve uma redução dos índices de internamento por abortamento espontâneo de 2008 a 2018 em adolescentes, considerando as faixas etárias de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, mesmo que essa queda não se apresente de modo contínuo. De acordo com os dados obtidos, a faixa etária dos 10 aos 14 anos apresenta taxa de ocorrência cerca de 10 vezes menor em comparativo com a faixa etária dos 15 aos 19 anos em todos os anos analisados.

Analisando apenas os dados do intervalo etário dos 10 aos 14 anos, observa-se um caráter decrescente de 2009 a 2013, voltando a decair de 2014 a 2016 e de 2017 a 2018, onde o menor índice é de 479 casos (6,61%) em 2018, o maior índice é de 764 casos (10,55%) em 2009 e o total observado foi de 7.245 casos totais.

No tocante aos dados coletados sobre adolescentes de 15 a 19 anos constata-se um arranjo crescente de 2008 a 2010, além de uma alternância de elevações e decaídas de 2010 a 2014 e um decréscimo de 2014 a 2016 e de 2017 a 2018. O menor índice foi de 5.679 casos (7,13%) em 2018, e o maior índice 8524 (10,71%) em 2010, apresentando ao final 79.598 casos totais alusivo à faixa etária em questão. Em ambas faixas de idade encontra-se de 2008 a 2018 um total de 86.843 casos de internamento por aborto espontâneo.

Analisando os resultados por unidades de federação do Nordeste brasileiro, constata-se que estados como Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Alagoas tiveram seus percentuais elevados de 2008 a 2018, obtendo estes uma pequena ascensão, como no caso do Rio Grande do Norte de 1 caso a mais em 2018, ou uma grande ascensão, como no Maranhão, com 258 casos a mais em 2018, quando comparados com os índices de 2008. Na Bahia houve um decréscimo de 1332 casos de 2008 a 2018, sendo o estado com maior queda no Nordeste. Durante o período de 2008 à 2018, o Piauí apresentou-se com menor número de casos de aborto espontâneo do nordeste, contando com um total de 2825, e a Bahia, por sua vez, apresenta 22656 casos totais, sendo o estado com maior índice na década em questão. Apesar do declínio nas taxas de abortamento espontâneo no Nordeste, de 2008 a 2018, alguns estados da região tiveram seus índices aumentados.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2018), a região Nordeste compreende a região do território brasileiro com maior número de gestações na adolescência. Além disso, o Brasil encontra-se acima da média latino-americana de gestações precoce. Isso pode explicar o número ainda alto de abortamentos espontâneos, apesar da diminuição gradativa, dos casos na região Nordeste compreendendo a faixa etária de 10 a 19 anos de idade.

Portanto, segundo Brasil (2013), ressalta-se as iniciativas de políticas públicas, como a Política Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva, que preconiza a educação sexual para adolescentes e jovens como uma forma de promoção do protagonismo juvenil e do exercício da cidadania, além de salientar a importância da realização de ações de educação sexual e reprodutiva individual e em grupo, o que pode se inferir como estratégia fundamental na

prevenção de gestação na adolescência. No entanto, a pertinente dificuldade de acesso a essa educação e à política nacional conferem fator influenciador para os altos índices de gestação na adolescência e, conseqüentemente, aos possíveis futuros índices de abortamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, conclui-se que no Nordeste ainda há vários casos de abortamento, ocorrendo, muitas vezes, devido aos baixos índices sócio-econômicos, os quais influenciam no correto desenvolvimento de uma gestação. Apesar dos índices de abortamento terem reduzido significativamente na última década, como no caso da Bahia, ainda há índices alarmantes, como no caso estado de Maranhão. Muitas vezes, isso ocorre devido ao pouco acesso a serviços como o pré-natal, o qual é essencial para o acompanhamento de uma gravidez saudável para o binômio mãe-feto. Por isso, é importante que haja maior valorização e incentivo ao acompanhamento pré-natal a fim de reduzir esses índices de abortamento.

Palavras-chave: Aborto espontâneo, Gravidez na adolescência, Hospitalização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 300 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26). Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 12 jul.2019.

BRASIL. OMS: Brasil reduz mortalidade materna em 43% de 1990 a 2013. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2014/05/oms-brasil-reduz-mortalidade-materna-em-43-de-1990-a-2013>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

EBSERH. Abortamento: Protocolo clínico. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www2.ebserh.gov.br/documents/214336/1109086/PRO.OBS.001+-+REV1+ABORTAMENTO.pdf/e43700cc-dca5-49b6-a69d-808e5294784f>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

KAC, Gilberto et al. Fatores associados à ocorrência de cesárea e aborto em mulheres selecionadas em um centro de saúde no município do Rio de Janeiro, Brasil. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. Recife, v. 7, n. 3, set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292007000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2019.

LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. A mortalidade materna nas capitais brasileiras: algumas características e estimativa de um fator de ajuste. *Rev. bras. epidemiol.*. São Paulo, v. 7, n. 4, p. 449-460, Dec. 2004. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2004000400008&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2004000400008>. Acesso em: 06 jul. 2019.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; BARRETO, Sandhi Maria. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 12, n. 4, p. 189-201, dez. 2003. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742003000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742003000400003>.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (Panamá). Organización Panamericana de La Salud. América Latina y el Caribe tienen la segunda tasa más alta de embarazo adolescente en el mundo. 2018. Available from: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14163:latin-america-and-the-caribbean-have-the-second-highest-adolescent-pregnancy-rates-in-the-world&Itemid=1926&lang=es. Acesso em: 12 jul. 2019

REZENDE, J, MONTENEGRO, CAB. *Obstetrícia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 14a ed.; 2018.

RODINI, Elaine S. O. et al. Abortamentos espontâneos: estudos citogenéticos e riscos de recorrência. *Arq Ciênc Saúde*, v.11, n.1, p. 37-9, jan-mar. 2004. Disponível em: http://www.cienciasdasaude.famerp.br/racs_ol/Vol-11-1/ac08.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

SILVA, Ana Elizabete et al. Casais com abortamento espontâneo recorrente: participação das translocações cromossômicas. *Arq Ciênc Saúde*, v.14, n.4, p. 211-5, out-dez. 2007. Disponível em: http://www.cienciasdasaude.famerp.br/racs_ol/vol-14-4/ID249.pdf. Acesso em: 11 jul. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Unsafe abortion: global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2008 [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2011 [cited 2013 Jan 14]. Available from: http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501118_eng.pdf. Access on 06 July 2019.